

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO:
UMA ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO PARA O BRASIL E A REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Jader Fernandes Cirino

Mestre e Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail:
cirino@vicosa.ufv.br

João Eustáquio de Lima

Ph.D em Economia Rural – Michigan State University (USA). Pós-Doctor Métodos Quantitativos –
University of Florida (USA). Professor Titular do Departamento de Economia Rural da
Universidade Federal de Viçosa. E-mail: jelima@ufv.br

RESUMO

A participação feminina no mercado de trabalho nacional tem crescido nas últimas décadas, sendo também marcante na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Neste trabalho, por meio da decomposição univariada, determinou-se como diferentes grupos de mulheres brasileiras e de Belo Horizonte contribuíram para a evolução da taxa de atividade feminina entre os anos de 1986 e 2006 em seus respectivos mercados. Os resultados mostraram que a mudança nas taxas de participação específicas de cada grupo foram responsáveis pela maior parte do aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, sendo o restante explicado pela elevação do número de anos de estudo entre as mulheres.

Palavras-chave: participação, mulheres, mercado de trabalho, Brasil, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Sessão Temática: Economia Mineira: E4 – Economia social: trabalho, educação e saúde em Minas Gerais

INTRODUÇÃO

Um dos acontecimentos mais significativos ocorridos no mercado de trabalho no século passado foi o aumento da participação feminina na atividade econômica. Embora tal processo tenha se iniciado antes da Segunda Guerra Mundial, o mesmo se intensificou na segunda metade do século XX, estendendo-se para quase todas as regiões do mundo. Segundo Goldin (1992), nos Estados Unidos, as mulheres partiram de 18% da População Economicamente Ativa (PEA) em 1900 para 32% em 1960 e 46% em 1992.

Também no Brasil, segundo Araújo (2002), citado por Nogueira (2004), essa participação ocorreu de forma ascendente entre as décadas de 1920 e 1980, em compasso com os processos de industrialização e de urbanização observados na sociedade brasileira no período, se intensificando nas últimas décadas. Sob esse aspecto, a taxa de atividade feminina¹ no mercado de trabalho passou de 32% em 1977 para 39% em 1989 e 43% em 1997, até atingir 46% em 2001. (SOARES e IZAKI, 2002).

Conforme destacam Aquino et al. (1995), até o começo da década de 1980, o trabalho feminino apresentava um caráter complementar em relação ao trabalho masculino no sustento da família. Dessa forma, o trabalho das mulheres caracterizava-se predominantemente pela intermitência, com baixa qualificação e conseqüentemente, baixa remuneração.

Entretanto, a partir da década de 1980 essa posição complementar começou a mudar. O esforço do governo federal na estabilização das contas externas na primeira metade da referida década, e em seguida da inflação, conjuntamente com a crise do Estado como produtor e empregador deprimiram os investimentos prejudicando o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Além disso, o Brasil, dentro de um contexto do capitalismo mundial marcado pela globalização e pela liberalização econômica, promoveu alterações na política econômica a partir do início da década de 90, na forma de privatização e abertura comercial e financeira da economia nacional. Como resposta a introdução da concorrência externa, as empresas brasileiras iniciaram um processo de reestruturação produtiva marcado entre outros aspectos, pelo advento de inovações tecnológicas e pela terceirização. Os resultados desses acontecimentos no mercado de trabalho nacional foram a elevação do desemprego e do número de trabalhadores autônomos e sem carteira assinada. Nesse sentido, ocorreu deterioração da qualidade de vida das famílias, com o aumento do desemprego do chefe do domicílio e diminuição dos salários reais na economia nacional. Dessa forma, conforme destaca Alves et al. (1997), as mulheres se viram obrigadas a procurarem emprego como forma de complementar ou garantir a renda familiar.

Embora muitos estudos seminais como Lavinias e Castro (1990) e Sedlacek e Santos (1991), tenham enfatizado os aspectos econômicos como determinantes para o aumento da participação das mulheres na PEA, outros fatores também merecem destaque, conforme ressaltam Costa (1990) e Bruschini e Lombardi (1996).

O primeiro deles está relacionado à industrialização e o crescimento de serviços que antes eram tipicamente domésticos – que vão desde gêneros alimentícios até tomar conta de crianças, velhos e doentes –, além da difusão de eletrodomésticos, que passaram a facilitar a ausência das mulheres em casa. Um segundo fator refere-se às mudanças de valores em relação ao papel social da mulher, que motivadas a partir de movimentos feministas, provocaram alteração comportamental das mulheres no sentido de compatibilizar suas atividades domésticas com o trabalho. Da mesma forma que o fator anterior, a crescente urbanização permitiu às mulheres maior acesso a novas idéias e oportunidades.

Uma quarta explicação foi o crescimento, na década de 1980, do setor terciário tanto formal – destacando-se comércio, bancos e atividades ligadas ao setor público – quanto informal – como

¹ Porcentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade.

comércio ambulante e representação de vendas de produtos cosméticos e alimentícios. Wajjnman e Perpétuo (1997) explicam que este setor da economia abre espaço para um perfil de emprego mais favorável às pessoas do sexo feminino, devido às suas características de maior flexibilidade e intermitência, marcado por jornadas mais curtas e claramente mais terceirizado.

Outro fator explicativo para o fenômeno em análise está relacionado ao aumento da escolaridade das mulheres – segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a escolaridade feminina passou de 3,9 anos médios de estudo em 1977, para 7 anos em 2006 – já que essa última afeta positivamente as expectativas não só de salários, mas também de oportunidades de emprego. Relacionada a tal argumento, tem-se também como fator de elevação da participação feminina, a queda da taxa de fecundidade no país, que segundo o IBGE passou da média de 5,8 filhos por mulher em 1970, para apenas 2 filhos em 2006. Isto porque mulheres mais instruídas, com maior nível sócio-econômico e voltadas para o mercado de trabalho, passaram a ter menor número de filhos, tornando-se, portanto, mais suscetíveis à atividade econômica.

Ainda sobre os argumentos que procuram explicar o fenômeno da elevação do número de mulheres no mercado de trabalho, é importante ressaltar dois aspectos. Primeiramente, que tais fatores não são antagônicos, mas sim complementares entre si, conforme destacam Souza et al. (2006). Em segundo lugar, os fatores não-econômicos, que independem do ciclo de negócios do país, representam uma mudança de valores em relação ao trabalho feminino, conferindo um caráter de irreversibilidade ao fenômeno de crescimento de participação e importância desse último dentro da economia nacional. Dessa forma, Nogueira (2004) resalta que o principal destaque sobre a força de trabalho feminina nas últimas duas décadas foi a sua acentuada inserção no desempenho de atividades econômicas, a qual tem sido denominada de feminização do trabalho.

Analisadas as argumentações que procuram explicar o fenômeno do aumento da participação feminina na atividade econômica, é importante ressaltar que embora não seja objeto de estudo deste trabalho, tal inserção tem sido caracterizada por uma clara desvantagem em relação aos indivíduos do sexo oposto. Esta última pode ser percebida tanto do ponto de vista da remuneração, quanto da perspectiva da qualidade do emprego.

Diante da importância e irreversibilidade da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, vários trabalhos dentro da literatura nacional procuraram explicar empiricamente tal fenômeno. Alguns estudos como os de Lima (1997), Leone (2000) e Soares (2002), analisaram os determinantes dessa participação de uma forma predominantemente estática. Outros trabalhos como os de Wajjnman e Rios-Neto (2000), Scorzafave e Menezes-Filho (2001) e Soares e Izaki (2002) procuraram explicar a evolução da taxa de participação ao longo do tempo. Uma terceira abordagem, como a utilizada por Bruschini e Lombardi (1996), Wajjnman et al. (1998) e Nogueira (2004), concentra-se em verificar de que forma as mulheres se inseriram no mercado de trabalho em termos de setores da economia, faixas de rendimento e horas trabalhadas semanalmente.

Em termos de similaridade, observa-se que a maioria desses estudos tem analisado o tema para o mercado de trabalho nacional. Nesse sentido acredita-se haver espaço para uma discussão mais pormenorizada sobre o fenômeno em termos regionais. Dessa forma, este estudo pretende analisar a participação feminina não apenas a nível nacional, mas também para o mercado trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Seguindo a linha de Scorzafave e Menezes-Filho (2006) e Soares e Izaki (2002), estudou-se a participação feminina a partir da caracterização dos subgrupos de mulheres que mais contribuíram para o aumento dessa participação entre os anos de 1986 e 2006.

A escolha da RMBH foi motivada, além do interesse específico deste trabalho por essa região, pela importância da participação feminina no seu mercado de trabalho. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) obtidos em IBGE (2007a), enquanto a taxa

de atividade² das mulheres no Brasil era de 48,9% em 2001 e 52,6% em 2006, na RMBH essas eram de 51,9% em 2001 e 58,2% em 2006. Segundo Braga e Rodarte (2006), o fato de esta ser uma região com dinamismo econômico marcado pelo desenvolvimento das atividades industriais e de setores de serviços com maior concentração no emprego formal faz com que esta ofereça boas oportunidades de trabalho.

Portanto, o presente artigo buscou analisar o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho do Brasil e da RMBH identificando os grupos de mulheres que mais influenciaram tal processo entre os anos de 1986 e 2006. Para tanto, dividiu-se as mulheres em diversas partições em termos de características tais como escolaridade, número de filhos e cor da pele, com o objetivo geral de definir quais variáveis e que tipos de mulheres mais contribuíram para o referido processo. Especificamente, procurou-se comparar os resultados encontrados para o Brasil e RMBH.

METODOLOGIA

Com o objetivo de identificar as principais características das mulheres e algumas variáveis-chave no processo de feminização do mercado de trabalho, utilizou-se uma técnica conhecida como análise de decomposição univariada³. Esta consiste em investigar como diferentes grupos sócio-econômicos de mulheres podem ter contribuído para a evolução da taxa de atividade feminina (*TAF*) em determinado intervalo de tempo.

Definidos I como uma partição qualquer da população feminina, na qual n_i é a parcela desta última que se encontra na categoria i , tem-se

$$TAF_t = \sum_i n_{it} \cdot TAF_{it} , \quad (1)$$

em que TAF_{it} é a taxa de atividade da categoria i e t , o período de tempo considerado.

Alterações na *TAF* entre dois períodos de tempo (t_1 e t_1 defasado em k períodos) podem ser decompostas em mudanças nas taxas de cada categoria e em variações na composição da população por categoria, conforme equação (2),

$$\begin{aligned} \Delta TAF &= TAF_{t_1} - TAF_{t_1-k} \\ \Delta TAF &= \sum_i n_{it_0} \cdot \Delta TAF_i + \sum_i TAF_{it_0} \cdot \Delta n_i \\ \Delta TAF &= \text{efeito incidência} + \text{efeito composição} \end{aligned} \quad (2)$$

O efeito incidência indica a parcela da mudança na *TAF* devida a uma variação da taxa específica de cada categoria, mantendo constante a distribuição da população entre as categorias. O efeito composição ou tamanho representa o impacto de uma alteração na composição demográfica entre os grupos, mantida inalterada a *TAF* específica por categoria. É importante destacar que se mantendo constante a distribuição da população e as *TAFs* específicas no cálculo dos efeitos incidência e composição, respectivamente, estas podem ser avaliadas tomando-se com ano base (t_0) o tempo t_1 ou t_1-k , ou ainda, uma média entre esses dois períodos. No presente estudo, seguindo procedimento adotado por Scorzafave e Menezes-Filho (2006) e Fernandes e Souza (2003), adotou-

² Porcentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade.

³ A descrição da análise de decomposição univariada baseia-se em Soares e Izaki (2002) e Scorzafave e Menezes-Filho (2006). Similarmente, os dados citados nesta metodologia sem nenhuma referência explícita foram extraídos de tais estudos.

se como ano base para o efeito incidência, o primeiro ano do intervalo (t_{1-k}), tomando-se o segundo ano (t_1) para o efeito composição.

Em termos percentuais, os efeitos incidência e composição podem ser representados respectivamente por:

$$\omega_i = \frac{(\sum_i n_{it_0} \cdot \Delta TAF_i)}{\Delta TAF} \quad (3)$$

$$\delta_i = \frac{(\sum_i TAF_{it_0} \cdot \Delta n_i)}{\Delta TAF} \quad (4)$$

A ocorrência de um valor positivo menor do que um para (3) ou (4) indica que tal efeito ocorreu no mesmo sentido da mudança observada na TAF , ao passo que valores negativos, representam relação inversa entre o primeiro e a segunda. Quando o valor de um dos efeitos é maior do que a unidade, tem-se que o seu impacto é superior à mudança na taxa de atividade, sendo compensado em parte pelo sinal negativo do outro efeito.

Para o presente trabalho, a decomposição univariada foi conduzida dividindo-se a população feminina em diversas partições a fim de se comparar o tamanho de cada uma dessas categorias e o comportamento da TAF das mesmas para dois anos distintos, 1986 e 2006. Dessa forma, foi possível analisar a parcela da mudança ocorrida na taxa de atividade das mulheres nesse hiato de tempo oriunda da variação na composição entre as categorias e da alteração da participação dentro dos grupos. Nesse sentido, a aplicação da decomposição foi feita para as seguintes partições da população feminina: localização do domicílio, posição no domicílio, número de filhos, anos de escolaridade, idade e raça.

A primeira partição divide a população feminina em urbana e rural, sendo realizada com o intuito de verificar o impacto da urbanização no fenômeno em estudo. O crescente aumento da porcentagem de residentes na cidade ocorrido no país, passando de 70% em 1977 para 86% em 2001, pode ter sido fator importante na explicação da feminização do mercado de trabalho. Isso porque o aumento da urbanização fez com que as mulheres tivessem acesso a novas idéias e maiores e melhores oportunidades de emprego. Dessa forma esperava-se *a priori* relação direta entre a urbanização e o aumento das mulheres na PEA.

Já a segunda partição procura investigar o papel das mudanças ocorridas nos domicílios relativas à posição da mulher, ou seja, se esta é a pessoa de referência, cônjuge, filha ou outros⁴. Dado que a proporção de chefes mulheres nos domicílios aumentou de 14,7% em 1982 para 24,8% em 2002, esperava-se que tal variação pudesse desempenhar papel importante na explicação do aumento feminino na PEA. Isto porque tais mulheres têm maior probabilidade de trabalharem do que os demais grupos, por serem delas a principal responsabilidade pela manutenção da renda familiar. Dessa forma, acreditava-se *a priori* em relação direta entre a elevação do número de mulheres chefes e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Nesta partição, também foi estudado o impacto do crescimento da participação das cônjuges na variação global da taxa de atividade, esperando-se um valor significativo para o mesmo, dado que a referida taxa para as esposas aumentou de 26% em 1977 para 50% em 2001.

Quanto à partição número de filhos, esta foi incluída com o objetivo de investigar os efeitos da queda da fecundidade na TAF das mulheres. No período compreendido entre 1982 e 2002, observou-se redução de 29,0% para 8,9% da proporção de mulheres chefes e cônjuges com quatro ou mais filhos no domicílio. Paralelamente, a fração dessas mulheres com um ou dois filhos

⁴ Nos outros se encontram as mulheres que apresentam qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência ou cônjuge que não filho, além das agregadas, pensionistas, empregadas domésticas e parentes de empregado doméstico.

aumentou de 40,2% para 58,6%. Esperava-se que esta mudança entre a participação das categorias provocasse a ocorrência de um efeito composição positivo, dado que um menor número de filhos reduz a necessidade da mulher de se manter em casa, liberando-a mais para o mercado de trabalho.

Passando-se para a partição relativa à escolaridade, procurou-se identificar o papel da elevação do número médio de anos de estudo das mulheres, que aumentou 3,1 anos entre o período 1977-2006. Nesse sentido, acreditava-se que tal aumento tivesse contribuído positivamente para o referido processo, já que o nível de instrução do agente é diretamente proporcional à sua remuneração auferida do trabalho. Dessa forma, mulheres mais instruídas tenderiam a apresentar maior probabilidade de arrumarem emprego.

Por fim, a inclusão das partições idade e raça foram feitas com o intuito de verificar a importância dessas categorias no processo de feminização do mercado de trabalho.

Em relação à base de dados, essa foi formada a partir das PNADs para os anos de 1986 e 2006, sendo a amostra utilizada constituída por mulheres entre 16 e 65 anos. A escolha dessa faixa etária foi feita a fim de se aproximar a análise da *TAF* à legislação brasileira referente às idades mínimas para o trabalho e aposentadoria⁵. Portanto, o conceito de *TAF* utilizado, que incorpora as mulheres ocupadas e as desocupadas, refere-se à proporção de pessoas economicamente ativas do sexo feminino em relação ao total de mulheres entre 16 e 65 anos de idade.

Ainda sobre os dados utilizados, é importante destacar a mudança metodológica relativa ao conceito de trabalho ocorrida nas PNADs a partir de 1992.

Seguindo as recomendações da 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho de 1982, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ampliaram-se os limites da atividade econômica para a PNAD. De acordo com tais diretrizes, passou-se a não exigir mais, no caso do trabalho não-remunerado, que este fosse desempenhado por pelo menos 15 horas semanais para ser considerado como trabalho. Buscou-se também incorporar formas de trabalho que pudessem ter importância significativa na atividade econômica em que estivessem inseridas e que até então não eram abrangidas pela PNAD. Dentro desse contexto, destacou-se primeiramente o trabalho na produção para o próprio consumo exercido em atividade agrícola, em razão da existência de fortes indícios que este tipo de atividade incorporava quantidade significativa de pessoas. Outra forma de ocupação destacada foi o trabalho na construção para o próprio uso, devido a sua importância para a real captação do contingente ocupado no setor de construção civil (GUERRA, 1997).

Dessa forma, o conceito de trabalho a partir de 1992 passou a incorporar as seguintes formas de ocupação: a) trabalho remunerado; b) trabalho não-remunerado; e c) trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso. Em relação ao conceito anterior de trabalho, o item “a” já era contemplado, sendo o item “b” modificado, com a redução do limite de 15 horas ou mais por semana para apenas 1 hora semanal para inclusão de tal atividade como econômica. As condições descritas no item “c” não eram consideradas como trabalho nas PNADs anteriores a 1992.

Portanto, a fim de se permitir a comparação dos dados de participação no mercado de trabalho entre as PNADs de 1986 e 2006 foi necessário harmonizar o conceito de atividade econômica entre os dois períodos. No presente trabalho, utilizou-se para tal fim, o procedimento proposto por Guerra (1997). Dessa forma, nos dados da PNAD de 2006, foram excluídos da população ocupada e classificados como economicamente ativos, desde que tenham procurado emprego na semana de referência da pesquisa, os indivíduos cujo trabalho principal era não-remunerado, exercido por

⁵ No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (art. 7º, XXXIII) admite o trabalho, em geral, a partir dos 16 anos, exceto nos casos de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos quais a idade mínima se dá aos 18 anos. A Constituição admite, também, o trabalho a partir dos 14 anos (art. 227, § 3º, I), mas somente na condição de aprendiz (art. 7º, XXXIII). Quanto à aposentadoria, a Lei 8213/91, arts. 48 a 51, define como idade mínima para aposentadoria do trabalhador urbano, a idade de 65 anos para homens e 60 para mulheres. No caso do trabalho rural, tal idade é reduzida em 5 anos para ambos os sexos.

menos de 15 horas semanais, além dos trabalhadores cuja atividade econômica principal era a produção para o próprio consumo ou para o próprio uso. Por outro lado, foram considerados como ocupados aqueles não-remunerados que trabalhavam menos de 15 horas semanais no trabalho principal, mas que tinham outro emprego em que trabalhavam mais de 15 horas por semana ou outra ocupação secundária na qual apresentava renda positiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciando a análise pela separação das mulheres de acordo com a localização de seu domicílio em áreas urbanas ou rurais, tem-se nas Tabelas 1 e 2, os resultados encontrados, respectivamente, para o Brasil e a RMBH. A primeira e a terceira coluna dessas tabelas apresentam a porcentagem de mulheres em cada categoria, enquanto que a segunda e a quarta referem-se à *TAF* específica de cada grupo para os anos considerados. A quinta coluna indica o efeito incidência (E.I.), sendo a sexta coluna formada pelo efeito composição (E.C.). A sétima e a oitava colunas representam esses efeitos como proporção da variação da taxa de atividade feminina total no período. A última coluna é o somatório da sétima com a oitava coluna indicando a contribuição de cada grupo para a variação da *TAF* no período.

Tabela 1 – Decomposição da *TAF* por situação de domicílio, Brasil, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	% Pop.	TAF	% Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição %	Soma	
Urbana	77,0	46,3	87,1	62,2	0,121995	0,062726	75,914739	39,033124	114,947863
Rural	23,0	37,2	12,9	47,7	0,024078	-0,048099	14,983096	-29,930959	-14,947863
Total	100	44,3	100	60,3	0,146073	0,014627	90,897835	9,102165	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 2 – Decomposição da *TAF* por situação de domicílio, RMBH, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	% Pop.	TAF	% Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição %	Soma	
Urbana	97,7	52,8	98,9	67,1	0,139922	0,008135	97,337822	5,659403	102,997225
Rural	2,3	36,9	1,1	38,5	0,000356	-0,004664	0,247391	-3,244616	-2,997225
Total	100	52,4	100	66,8	0,140277	0,003471	97,585213	2,414787	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

O primeiro ponto a ser observado é que de acordo com o esperado, a *TAF* global aumentou no período analisado tanto para o Brasil quanto para a RMBH, elevando-se 16 pontos percentuais no primeiro caso (de 44,3% em 1986 para 60,3% em 2006) e 14,4 pontos percentuais no segundo caso (de 52,4% em 1986 para 66,8% em 2006).

Outro ponto a ser destacado é que a *TAF* global na RMBH foi superior à *TAF* brasileira nos dois períodos, embora o maior crescimento da segunda tenha diminuído a diferença entre as taxas ao final do período analisado. Uma possível explicação para a maior participação na RMBH pode estar associada ao fato de esta apresentar concentração considerável de emprego formal em razão da existência de dinamismo econômico marcado pelo desenvolvimento das atividades industriais e de setores de serviços. Nesse sentido, de acordo com dados do DIEESE (2007), a taxa de desemprego total da RMBH é a menor dentre todas as regiões metropolitanas do país analisadas pela Pesquisa

de Emprego e Desemprego (PED), atingindo 13,8% em 2006. A mesma tendência é observada quando se analisa apenas o desemprego entre as mulheres, cuja taxa para 2006 foi de 16,9%. Já para o caso brasileiro, o cálculo da *TAF* leva em conta tanto regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul, quanto menos desenvolvidas como o Norte e o Nordeste, fazendo com que o seu valor tenda a ser menor do que aqueles encontrados apenas para regiões mais dinâmicas como a RMBH.

Passando-se então para a análise da partição das mulheres quanto à situação do domicílio, observou-se elevação significativa da proporção daquelas que residiam em regiões urbanas para o caso brasileiro (10 pontos percentuais). Conforme o esperado, o aumento da urbanização contribuiu positivamente para a elevação da *TAF* total através de efeito composição de 9%. Entretanto, como as *TAF* específicas das mulheres urbanas e rurais cresceram, respectivamente, 34% e 28% no período, o efeito incidência foi o maior responsável pela variação da *TAF* total no período, respondendo por 91% de tal variação. Além disso, cabe ressaltar também que os grupos das mulheres urbanas contribuíram com 115% da evolução da *TAF* total, indicando a importância dessa categoria para o crescimento no período da variável de interesse, tanto por apresentarem maior participação quanto maior proporção da população de interesse quando comparadas com as mulheres do campo. Resultados similares foram encontrados por Soares e Izaki (2002) e Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

Quanto à RMBH, a mesma tendência foi observada, com o efeito incidência explicando 98% da variação da *TAF* no período, sendo que o efeito composição foi ainda menor (2%), dado que a porcentagem de mulheres residentes em áreas urbanas já era reduzida em 1986.

A desagregação seguinte realizada foi a referente à posição da mulher no domicílio. Nesse recorte da amostra, considerou-se a classificação adotada em IBGE (2007b), sendo que nas Tabelas 3 e 4, o termo “chefe” representa a pessoa de referência do domicílio; “outro”, mulher que apresentava qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência ou cônjuge que não filho; “Emp. D.”, empregada doméstica, cuja *TAF* é de 100%, já que representa categoria de mulheres que prestavam serviço doméstico remunerado no domicílio; e “demais”, são as outras condições não contempladas anteriormente, quais sejam: agregado, pensionista e parente de empregado doméstico.

Pela Tabela 3, apesar de todas as *TAF* terem sofrido aumento no período, a maior variação se deu no grupo das esposas (aumento de 63%, sendo que enquanto a *TAF* específica desse grupo aumentou 21,5 pontos percentuais, a *TAF* global elevou-se apenas em 16 pontos percentuais), que associada a sua alta proporção em termos do total de mulheres nos dois anos considerados, fez com que o efeito incidência fosse responsável por 97% da variação da *TAF* total no período. Ainda sobre esse aspecto é importante destacar que os determinantes para a elevação das mulheres no mercado de trabalho contribuíram fortemente para o ingresso do grupo formado pelas cônjuges através do aumento da necessidade de complementação da renda familiar e de uma maior facilidade em conciliar o trabalho remunerado com as atividades do lar.

Quanto à composição dos grupos, observa-se que a categoria das chefes de família apresentou aumento significativo (9,2 pontos percentuais), devido em grande parte à queda grupo das cônjuges (7,8 pontos percentuais), embora este último ainda respondesse por cerca de 50% da população total das mulheres estudadas. Apesar dessa elevação no grupo das chefes, que foi aquele com a maior *TAF* dentre as três principais categorias consideradas (chefe, cônjuge e filha, que respondiam por mais de 90% do total de mulheres nos dois anos), o efeito composição total acabou sendo apenas de 3%, devido ao fato do mesmo ter sido em grande parte compensado pela queda da porcentagem de cônjuges e pelo aumento da *TAF* específica desse grupo. Portanto, embora conforme o esperado tenha ocorrido relação direta entre a elevação do número de mulheres chefes e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a alteração no tamanho relativo dos grupos foi responsável por reduzida parcela do diferencial da *TAF* entre os anos de 1986 e 2006. É importante destacar ainda que apesar disso, em termos de categoria, o grupo das chefes foi responsável por parcela significativa (45%, sendo 39% atribuível ao efeito composição desse grupo) da variação da

TAF total, ficando atrás apenas do grupo das cônjuges, cuja contribuição de cerca 50% deveu-se tanto a sua elevada proporção em termos do total de mulheres quanto pelo expressivo aumento de sua *TAF* específica no período. Este importante papel da categoria das cônjuges no processo de feminização do mercado de trabalho nacional foi também encontrado por Soares e Izaki (2002) e Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

Tabela 3 – Decomposição da *TAF* por posição no domicílio, Brasil, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	% Pop.	TAF	% Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição %		Soma
Chefe	10,4	58,5	19,6	67,8	0,009671	0,062679	6,009343	38,946310	44,955653
Cônjuge	57,5	34,3	49,7	55,8	0,123555	-0,043212	76,772555	-26,850595	49,921960
Filha	23,5	58,5	23,4	64,0	0,012914	-0,000565	8,024573	-0,351149	7,673424
Outro	6,2	41,5	6,3	55,5	0,008708	0,000427	5,410891	0,265308	5,676199
Emp. D.	1,7	100	0,4	100	0,000000	-0,013025	0,000000	-8,093278	-8,093278
Demais	0,8	58,6	0,6	72,8	0,001100	-0,001316	0,683495	-0,817452	-0,133958
Total	100	44,3	100	60,3	0,155949	0,004988	96,900857	3,099143	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

A análise de decomposição da *TAF* por posição no domicílio para a RMBH é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 – Decomposição da *TAF* por posição no domicílio, RMBH, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	% Pop.	TAF	% Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição %		Soma
Chefe	12,5	58,7	24,0	72,4	0,017152	0,082802	11,931570	57,601552	69,533122
Cônjuge	49,4	38,5	42,2	58,8	0,100319	-0,041921	69,787401	-29,162546	40,624855
Filha	27,9	67,9	26,4	73,8	0,016376	-0,011163	11,391819	-7,765420	3,626400
Outro	6,4	56,1	6,2	66,0	0,006384	-0,001556	4,440850	-1,082477	3,358373
Emp. D.	2,9	100	0,5	100	0,000000	-0,023532	0,000000	-16,370206	-16,370206
Demais	0,9	68,2	0,7	72,7	0,000423	-0,001533	0,294066	-1,066608	-0,772543
Total	100	52,4	100	66,8	0,140652	0,003097	97,845706	2,154294	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Para a RMBH, observa-se que assim como para o Brasil, o efeito incidência explica quase que totalmente a variação da *TAF* global no período (98%), principalmente em razão do elevado efeito incidência da categoria das cônjuges proporcionado pelo significativo aumento da *TAF* específica deste grupo que responde pela maior proporção de mulheres dentre as categorias consideradas para esta partição da amostra. Entretanto, nesta região o efeito composição individual do grupo das chefes mostrou maior importância em comparação aquele encontrado para todo o Brasil, em razão da *TAF* específica e da proporção desta categoria no total de mulheres na RMBH serem superiores aquelas encontradas a nível nacional.

A decomposição realizada a seguir foi aquela feita em termos do número de filhos presentes no domicílio das mulheres estudadas. Para este recorte da amostra, a faixa etária das mulheres precisou ser alterada do intervalo 16-65 anos para 15-54 anos, em virtude dos dados referentes à

fecundidade na PNAD de 1986 estarem disponíveis apenas para as mulheres situadas dentro desta última classe de idade. Os resultados dessa decomposição para o Brasil e a RMBH encontram-se, respectivamente, nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 – Decomposição da *TAF* por número de filhos, Brasil, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição %	Soma	
0	35,0	55,0	39,7	62,0	0,024508	0,029580	14,355305	17,326093	31,681397
1	13,8	44,8	24,5	64,5	0,027040	0,069401	15,838684	40,650953	56,489637
2	16,0	41,3	21,7	63,1	0,034872	0,036170	20,426127	21,186390	41,612517
3	12,2	39,6	9,2	61,8	0,026971	-0,018596	15,797894	-10,892265	4,905629
4	7,3	37,1	3,0	59,5	0,016458	-0,026035	9,640114	-15,249686	-5,609572
sup.a 5	15,8	37,3	1,9	48,4	0,017517	-0,067162	10,260170	-39,339779	-29,079609
Total	100	45,4	100	62,6	0,147366	0,023358	86,318294	13,681706	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: sup. a 5: superior a cinco filhos no domicílio.

Tabela 6 – Decomposição da *TAF* por número de filhos, RMBH, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição %	Soma	
0	41,9	66,7	44,0	70,6	0,016507	0,015056	10,986988	10,021752	21,008739
1	13,7	50,8	22,0	72,4	0,029639	0,059784	19,728465	39,792986	59,521451
2	14,2	50,3	21,1	67,6	0,024616	0,046557	16,384671	30,988968	47,373638
3	11,1	45,5	9,0	64,0	0,020599	-0,013481	13,711012	-8,973379	4,737633
4	7,5	40,8	2,4	65,7	0,018695	-0,033872	12,443543	-22,545982	-10,102439
sup.a 5	11,5	36,7	1,5	55,6	0,021746	-0,055608	14,474632	-37,013655	-22,539023
Total	100	54,4	100	69,6	0,131802	0,018435	87,729311	12,270689	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: sup. a 5: superior a cinco filhos no domicílio.

O primeiro aspecto a ser considerado é que as taxas de participação da faixa etária 15-54 é superior àquelas observadas para as mulheres entre 16 e 65 anos tanto para o Brasil quanto para a RMBH nos dois anos analisados. Tal resultado deve-se ao fato de que conforme será discutido na decomposição por idade, a *TAF* diminui para as mulheres a partir de determinado ponto do seu ciclo de vida.

Quanto ao número de filhos residentes no domicílio, a grande alteração no período foi a diminuição da proporção de mulheres com três ou mais filhos (de 35,3% para 14,1% no Brasil, e de 30,1% para 12,9% na RMBH) e o aumento daquelas com um ou dois filhos (de 29,8% para 46,2% no Brasil, e de 27,9% para 43,1% na RMBH). Embora em menor intensidade, o grupo das mulheres sem filhos, que representava em ambas as tabelas a maior proporção entre todas as mulheres observadas, também aumentou no período em análise. Como conforme esperado, a *TAF* decresceu com o número de filhos tanto no Brasil quanto na RMBH nos dois períodos analisados, o aumento das categorias com menos filhos fez com que o efeito composição dessa vez fosse mais expressivo do que nas decomposições anteriores, respondendo por 13,7% da variação da *TAF* global no Brasil, e 12,3%, na RMBH. Entretanto como novamente as *TAF* específicas das categorias consideradas

aumentaram significativamente, o efeito incidência suprimiu o efeito composição, sendo responsável, respectivamente, por 86,3% e 87,7% da mudança na taxa de atividade total das mulheres entre 15 e 54 anos no Brasil e na RMBH. Resultados similares foram encontrados por Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

Em termos de categoria, o grupo de mulheres com um filho morando na residência foram as que mais contribuíram para a variação da *TAF* global no período, respondendo por 56,5% de tal variação para o caso brasileiro, e 59,5% para a RMBH. Cabe ainda destacar que a contribuição das mulheres com dois filhos também foi importante, explicando, respectivamente, 41,6% e 47,4% da variação da *TAF* total no período para o Brasil e a RMBH.

Fazendo-se agora a análise de decomposição por grupos de idade, tem-se que os resultados para essa partição da amostra para o Brasil e a RMBH encontram-se respectivamente nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 – Decomposição da *TAF* por idade, Brasil, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	% Pop.	TAF	% Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição	Soma	
16-20	17,3	44,9	13,7	49,3	0,007464	-0,017549	4,644930	-10,921051	-6,276121
21-25	15,6	51,0	13,6	66,7	0,024529	-0,013562	15,265357	-8,440084	6,825273
26-30	13,9	48,1	12,4	70,0	0,030549	-0,010711	19,011859	-6,665973	12,345885
31-35	12,0	50,2	11,3	70,1	0,023818	-0,004734	14,822548	-2,946063	11,876485
36-40	10,5	50,1	11,1	69,9	0,020749	0,004624	12,912861	2,877409	15,790270
41-45	8,2	47,1	10,3	67,7	0,016898	0,014353	10,515846	8,932499	19,448345
46-50	7,4	39,8	9,1	62,8	0,016943	0,010630	10,544255	6,615195	17,159451
51-55	5,9	32,1	7,6	51,8	0,011717	0,008755	7,291958	5,448305	12,740263
56-60	5,3	24,4	6,1	38,6	0,007444	0,003451	4,632394	2,147726	6,780121
61-65	4,0	14,6	4,7	23,5	0,003570	0,001748	2,221919	1,088109	3,310028
Total	100	44,3	100	60,3	0,163682	-0,002995	101,863928	-1,863928	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 8 – Decomposição da *TAF* por idade, RMBH, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	% Pop.	TAF	% Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição	Soma	
16-20	16,5	52,8	13,5	57,6	0,007976	-0,017031	5,548785	-11,847701	-6,298916
21-25	17,0	65,0	12,5	81,0	0,027206	-0,036854	18,925716	-25,637687	-6,711971
26-30	16,0	56,6	14,0	77,4	0,033413	-0,015574	23,244122	-10,834130	12,409992
31-35	12,2	53,1	11,9	76,1	0,027930	-0,001955	19,429732	-1,359684	18,070048
36-40	10,2	61,5	10,9	75,3	0,014099	0,005495	9,808064	3,822412	13,630476
41-45	7,9	53,2	10,2	71,9	0,014680	0,016484	10,212047	11,467527	21,679574
46-50	6,9	43,7	9,4	64,6	0,014350	0,016015	9,982682	11,140742	21,123425
51-55	5,3	35,7	7,6	55,2	0,010370	0,012453	7,213660	8,663000	15,876660
56-60	4,6	25,9	5,5	37,8	0,005426	0,003665	3,774664	2,549856	6,324520
61-65	3,4	14,3	4,4	23,5	0,003145	0,002456	2,187717	1,708475	3,896193
Total	100	52,4	100	66,8	0,158594	-0,014845	110,327190	-10,327190	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Primeiramente, observa-se que houve queda na proporção de mulheres mais jovens – 16 a 35 anos – e conseqüentemente, aumento da participação entre as mulheres de mais idade – 36 a 65 anos – tanto para o Brasil como para a RMBH, demonstrando que o processo de envelhecimento da população brasileira está refletido nas mulheres observadas, cuja idade média aumentou de 34,2 para 36,3 anos para o primeiro caso, e de 33,5 para 36,2 anos no segundo caso.

Em relação à *TAF*, observou-se de maneira geral, a relação em forma de U invertido entre tal variável e a idade, a fim de se captar a depreciação do capital humano, sugerida por Berndt (1996). Tal relacionamento indica que as oportunidades de trabalho e os salários aumentam à medida que a pessoa adquire mais experiência até certo ponto, a partir do qual a sua participação na PEA e o seu nível de rendimento começam a decrescer em função do envelhecimento do indivíduo e de sua perda de habilidade no trabalho. Tanto para o Brasil quanto para a RMBH, o pico de participação ocorre aproximadamente no grupo das mulheres entre 36 e 40 anos. Resultados similares a nível nacional foram encontrados por Kassouf (1994), cujo pico da curva de idade para mulheres ocorreu aos 39 anos de idade, Kassouf (1997) e Scorzafave e Menezes-Filho (2001), que também encontraram relação parabólica entre taxa de atividade feminina e idade para o Brasil.

Em termos de crescimento das *TAF* específicas, novamente todas as categorias apresentaram elevação para os dois mercados estudados, sendo essa mais significativa entre as mulheres de 21 a 55 anos e menos expressiva para aquelas muito jovens e aquelas mais idosas.

Na divisão por idade, o efeito incidência explicou totalmente a variação da taxa de atividade global no período em virtude de as alterações de tamanho relativo entre as categorias terem sido pequenas, por estarem associadas a aspectos demográficos, conforme destacado por Scorzafave e Menezes-Filho (2006). Somando-se os efeitos incidência e composição por categoria, observou-se que as mulheres entre 41 e 45 anos e 46 e 50 anos foram os grupos com maior contribuição para explicação da mudança da *TAF* global no período para o Brasil e a RMBH.

Quanto ao recorte da amostra por raça, observaram-se os seguintes resultados para a decomposição univariada da *TAF* brasileira e da RMBH, conforme apresentados na Tabela 9, para o primeiro caso, e na Tabela 10, para o segundo.

Tabela 9 – Decomposição da *TAF* por raça, Brasil, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	% Pop.	TAF	% Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição %		Soma
Branca	58,7	44,5	52,1	62,3	0,104572	-0,041412	65,063116	-25,765668	39,297447
Preta	6,1	49,9	7,2	62,7	0,007776	0,007065	4,838379	4,395421	9,233800
Parda	34,5	42,7	39,9	57,3	0,050349	0,030605	31,326226	19,042193	50,368418
Amarela	0,7	52,0	0,6	60,5	0,000567	-0,000700	0,352781	-0,435797	-0,083016
S.d.	0,0	52,1	0,3	62,1	0,000015	0,001887	0,009308	1,174042	1,183350
Total	100	44,3	100	60,3	0,163279	-0,002555	101,589810	-1,589810	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa

Nota: S.d.: sem declaração

Tabela 10 – Decomposição da *TAF* por raça , RMBH, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	% Pop.	TAF	% Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição %	Soma	
Branca	49,8	52,1	43,6	65,6	0,067272	-0,040925	47,656990	-28,992539	18,664450
Preta	7,6	55,9	10,9	72,9	0,012865	0,024418	9,113704	17,298372	26,412077
Parda	42,4	52,0	44,6	66,5	0,061056	0,015094	43,253885	10,692972	53,946857
Amarela	0,2	70,0	0,4	76,5	0,000136	0,001216	0,096631	0,861450	0,958081
S.d.	0,0	0,0	0,0	54,6	0,000115	-0,000089	0,081563	-0,063028	0,018535
Total	100	52,4	100	66,8	0,141444	-0,000286	100,202773	-0,202773	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa

Nota: S.d.: sem declaração

Em termos de proporção dos grupos, observa-se pequena redução na porcentagem de mulheres brancas acompanhada por suave aumento no número de mulheres negras e pardas. Dessa forma, justifica-se mais uma vez a ocorrência de um efeito composição pouco significativo. Enquanto no Brasil, o grupo mais representativo nos dois períodos foi o das mulheres brancas, na RMBH este grupo foi ultrapassado pela categoria das pardas, embora o grupo das brancas tenha permanecido bastante significativo em tal região.

Quanto às *TAF*, tem-se que de maneira geral, as mesmas divergem pouco entre as categorias, não indicando qualquer tipo de predominância da participação feminina de alguma das raças nos mercados de trabalho analisados. Embora todas as *TAF* específicas tenham aumentado, a maior contribuição para o efeito incidência total, que explica totalmente a variação da taxa de atividade feminina no período, foi as das mulheres brancas e pardas, em virtude das mesmas serem os grupos dominantes nos dois períodos tanto no Brasil quanto na RMBH. Entretanto, juntando-se os efeitos incidência e tamanho, a categoria das mulheres pardas foi a que mais contribuiu para a variação da *TAF* global, já que como o grupo das brancas foi o único a sofrer redução significativa no período, apresentou também efeito composição negativo considerável.

Por fim, analisando a partição das mulheres por nível de escolaridade, o primeiro aspecto a ser observado é que o número médio de anos de estudo da amostra aumentou tanto para o Brasil (de 4,6 em 1986, para 7,8 em 2006) quanto para a RMBH (de 5,6 em 1986, para 8,7 em 2006). Como o aumento nos anos de estudo nos dois mercados foi praticamente o mesmo, o nível de escolaridade médio das mulheres em Belo Horizonte permaneceu acima da média nacional, sendo esse também um dos motivos pelo qual a *TAF* da RMBH é superior à brasileira.

Os resultados para análise de decomposição quanto à escolaridade encontram-se, respectivamente, nas Tabelas 11 e 12, para o Brasil e a RMBH.

Tabela 11 – Decomposição da *TAF* por anos de escolaridade, Brasil, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	% Pop.	TAF	% Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição %	Soma	
0 a 3	38,7	35,0	17,8	40,8	0,022271	-0,085192	13,857190	-53,006518	-39,149327
4 a 7	32,8	42,2	24,8	52,8	0,035091	-0,042366	21,833209	-26,360011	-4,526802
8	8,0	45,9	9,7	58,1	0,009716	0,009915	6,045329	6,169231	12,214560
9 a 11	14,3	58,9	33,4	68,4	0,013520	0,130999	8,412295	81,507462	89,919757
sup.a 12	6,0	77,3	13,8	80,4	0,001862	0,062579	1,158665	38,936340	40,095005
S.d.	0,2	65,0	0,5	74,6	0,000209	0,002116	0,129939	1,316868	1,446807
Total	100	44,3	100	60,3	0,082669	0,078051	51,436629	48,563371	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: S.d.: sem declaração

Tabela 12 – Decomposição da *TAF* por anos de escolaridade, RMBH, 1986–2006

	1986		2006		Decomposição				
	% Pop.	TAF	% Pop.	TAF	E.I.	E.C.	Contribuição %	Soma	
0 a 3	25,0	39,5	10,6	43,6	0,010241	-0,062776	7,124536	-43,670413	-36,545876
4 a 7	36,6	48,4	23,8	58,3	0,036135	-0,074688	25,137345	-51,957487	-26,820142
8	9,8	51,8	11,4	61,5	0,009451	0,009770	6,575021	6,796355	13,371376
9 a 11	19,9	63,6	36,9	74,3	0,021278	0,126529	14,802542	88,021245	102,823787
sup.a 12	8,5	80,4	16,6	80,1	-0,000297	0,064750	-0,206455	45,043785	44,837330
S.d.	0,3	92,9	0,8	75,7	-0,000509	0,003864	-0,354390	2,687916	2,333525
Total	100	52,4	100	66,8	0,076300	0,067449	53,078599	46,921401	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: S.d.: sem declaração

Desagregando-se os dados por anos de escolaridade, percebe-se uma grande redução das mulheres menos educadas (a proporção de mulheres com até 7 anos de estudo caiu de 71,5% para 42,6% para o Brasil, e de 61,6% para 34,4% para a RMBH, no período considerado) em compasso com elevado aumento daquelas mais educadas (a proporção de mulheres com 8 ou mais anos de estudo subiu de 28,3% para 56,9% para o Brasil, e de 38,2% para 64,9% para a RMBH, no período considerado).

Com relação à *TAF*, conforme o esperado, quanto maior a escolaridade, mais elevada foi a taxa de atividade feminina observada.

Diferentemente do ocorrido nos demais recortes da amostra, o efeito composição mostrou-se altamente significativo, respondendo por, respectivamente, 49% e 47% da variação total da *TAF* global no período para o Brasil e a RMBH. A explicação para tal resultado deve-se basicamente ao grupo de mulheres com 8 ou mais anos de estudo cujas elevadas *TAF* potencializaram o significativo aumento desses grupos no total de mulheres estudadas. Em termos de efeito incidência, os dois grupos menos educados foram os que mais contribuíram para a magnitude desse efeito em razão do aumento expressivo de suas *TAF* específicas, principalmente na categoria de 4 a 7 anos de estudo, que apesar de sua queda em termos de proporção do total das mulheres, ainda apresentava a segunda maior participação no total das mulheres estudadas em 2006. Combinando-se os dois efeitos, tem-se que a categoria mais importante na explicação da mudança ocorrida na *TAF*

global do Brasil e da RMBH foi a de mulheres com 9 a 11 anos de estudo, que além de se tornarem o grupo com a maior proporção em relação ao total da amostra, apresentou importante aumento em sua *TAF* específica.

A ocorrência de um significativo efeito composição para a variável escolaridade também foi encontrado por Scorzafave e Menezes-Filho (2001), Soares e Izaki (2002) e Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

CONCLUSÕES

Realizando-se a decomposição univariada da *TAF* para o Brasil e a RMBH, observou-se que mulheres com as mais diferentes características aumentaram a sua participação no mercado de trabalho, confirmando o processo de feminização desse mercado. Como os resultados encontrados para o Brasil e a RMBH foram praticamente idênticos, tem-se que tal processo foi similar nos dois mercados. Nesse sentido, em termos de Belo Horizonte, não parece haver nenhum fator regional significativo influenciando no processo, embora a participação feminina nessa região, em razão de seu dinamismo econômico, seja superior àquela encontrada para o Brasil como um todo, cuja economia é marcadamente heterogênea.

Quanto às variáveis consideradas na partição da amostra, a única capaz de explicar consideravelmente o aumento da participação feminina na força de trabalho foi a escolaridade das mulheres, cujo efeito composição foi responsável por cerca da metade da variação da taxa global no período para os dois mercados estudados. Para os demais recortes da amostra, o efeito incidência foi sempre superior a 86%. Outro aspecto importante a ser destacado foi o aumento da participação das cônjuges, que apresentaram a maior elevação da *TAF* no período.

Em termos de grupos sócio-econômicos, as mulheres que mais contribuíram para a evolução da *TAF* global para o Brasil e a RMBH foram: as urbanas, as cônjuges, com um filho, com 41 a 50 anos, pardas e com 9 a 11 anos de estudo.

Como sugestão de política, mediante a importância da escolaridade para o desempenho da participação feminina no período, indicam-se ações governamentais voltadas para a contínua melhoria do nível educacional da mulher brasileira, lhe permitindo cada vez mais, ter maior acesso às oportunidades de emprego, não só em termos de quantidade como de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, E.L.G.; AMORIM, B.M.F.; CUNHA, C.H.M. Emprego e ocupação: algumas evidências da evolução do mercado de trabalho por gênero na Grande São Paulo – 1988/1995. **IPEA, Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 497, jul. 1997.

AQUINO, E.M.L.; MENEZES, G.M.S.; MARINHO, L.F.B. Mulher, saúde e trabalho no Brasil: desafios para um novo agir. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.281-290, 1995.

BERNDT, E.R. **The practice of econometrics classic and contemporary**. 8th. Boston, Massachusetts: Addison-Wesley, 1996. 702 p.

BRAGA, T.S.; RODARTE, M.M.S. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. **Pesquisa & Debate (Online)**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 103-123, 2006.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...**Belo Horizonte: ABEP, 1996. v.1, p. 483-516.

COSTA, L. Aumento da participação feminina: uma tentativa de explicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu. **Anais...**Belo Horizonte: ABEP, 1990. v. 2, p. 231-243.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS. **Emprego e desemprego**: banco de dados. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/bd/mercado trab.xml>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

FERNANDES, R.; Souza, A.A.P. A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência a escola: uma análise de decomposição para o Brasil nos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 8., 2003, São Paulo. **Anais...**São Paulo: ABET, 2003.

GOLDIN, C. **Understanding the gender gap**: an economic history of American woman. New York: Oxford University Press, 1992. 328 p.

GUERRA, V.S. **Principais mudanças introduzidas nos conceitos e definições da PNAD para as pesquisas de 1992 em diante**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1997. (Mimeogr.)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados Agregados**. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/default.asp>>. Acesso em: 10 nov. 2007a.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b. 278 p.

KASSOUF, A. L. The wage rate estimation using the Heckman procedure. **Revista de Econometria**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 89-107, 1994.

_____. Retornos à escolaridade e ao treinamento nos setores urbano e rural do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v.35, n.2, p. 59-76, 1997.

LAVINAS, L.; CASTRO, M.G. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. **Estudos Sobre a Mulher no Brasil**: Avaliação e Perspectivas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990. (Mimeogr.)

LEONE, E.T. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: Rocha, B.M.I. (org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000. 384 p.

LIMA, R. A. Participação das mulheres casadas no mercado de trabalho: um estudo com base nos microdados das PNADs. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 203-234, 1997.

NOGUEIRA, C.M. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004. 112 p.

SCORZAFAVE, L.G.; MENEZES-FILHO, N.A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 441-477, 2001.

_____. Caracterização da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, 2006.

SEDLACEK, G.L.; SANTOS, E.C. A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n.3, p. 449-470, 1991.

SOARES, S.; IZAKI, R. J. A participação feminina no mercado de trabalho. **IPEA, Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 923, dez. 2002.

SOARES, Y. Viés de gênero em consumo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p.199-232, 2002.

SOUZA, L.N.; RODARTE, M.M.S.; FILGUEIRAS, L.A.M. Gênero e mercado de trabalho na Grande Salvador: um breve comparativo entre as décadas de 80 e 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7., 2001, Salvador. **Anais...** São Paulo: ABET, 2001. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/7nac/8laumar.pdf#search='participa%C3%A7%C3%A3o%20feminina%20no%20mercado%20de%20trabalho>>. Acesso em: 07 set. 2006.

WAJNMAN, S.; PERPÉTUO, L.H.O. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 123-147, 1997.

WAJNMAN, S.; RIOS NETO, E. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: Rocha, B.M.I. (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. 384 p.

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B.; LIBERATO, V. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...**Belo Horizonte: ABEP, v. 2, p. 2.429-2.454.